

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 2003

Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e a Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999. Item 48 da Lista de Serviços – Agenciamento, Corretagem ou Intermediação de Contratos de Franquia (Franchise) e de Faturação (Factoring)

Autor: Deputado NELSON BORNIER

Relator: Deputado JOSÉ DIVINO

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de lei altera o art. 12 do DL nº 406/68, acrescentando alínea com o objetivo de eleger, como locais de prestação dos serviços constantes do item 48 da Lista anexa àquela norma, os Municípios onde se encontrarem os clientes.

O Projeto foi distribuído inicialmente à CFT – Comissão de Finanças e Tributação, onde foi rejeitado no mérito nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado CARLOS WILLIAN.

Agora o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo previsto para o regime prioritário de tramitação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa da presente proposição é válida, pois compete à União estabelecer normas gerais sobre o Direito Tributário (art. 24, I e § 1º da Constituição Federal), cabendo à lei complementar estabelecer tais normas gerais conforme o art. 146, III, da Constituição Federal.

No mais, nada há no Projeto a comprometer sua constitucionalidade.

Quanto à juridicidade, cabe observar que o art. 12 do DL nº 406/68 foi expressamente revogado pelo art. 10 da LC nº 116/03, como aliás apontou o colega Relator na Comissão de mérito, em seu bem elaborado Parecer. Assim, e também em razão da necessidade de aperfeiçoar e adaptar o Projeto aos preceitos da LC nº 95/98, do ponto de vista da técnica legislativa, achamos por bem oferecer o Substitutivo em anexo ao Projeto, que fez as modificações necessárias ao regular prosseguimento da tramitação do mesmo.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pelo Substitutivo em anexo, do PLP nº 46/03.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ DIVINO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PLP Nº 46, DE 2003

Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.

Autor: Deputado NELSON BORNIER

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado o seguinte artigo 9º-A ao DL nº 406, de 31 de dezembro de 1968:

“Art. 9º-A. Considera-se local da prestação do serviço, no caso dos serviços a que se refere o item 48 da lista anexa, o Município onde se encontrem os clientes.

Parágrafo único. As empresas prestadoras dos serviços a que se refere o item 48 da lista anexa manterão, em sua sede e à disposição do fisco dos Municípios onde estiverem estabelecidas a sede da empresa e a residência do cliente, controle mensal fidedigno, contendo relação com nome do cliente, endereço, número do CPF ou CNPJ, discriminação do serviço e valor da prestação de serviço cobrado a cada mês, para fins de incidência, cobrança e fiscalização do imposto, durante o período de cinco anos, sob pena de arbitramento de suas receitas. (NR)”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JOSÉ DIVINO
Relator

2004_9644_José Divino_188